

SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

- 3ª REUNIÃO PLENÁRIA -

(12-13 Março 2001)

ACTA DA REUNIÃO

Aos 12 e 13 de Março de 2001 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 3ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa / SPAD, nos termos da alínea b., parágrafo 2. do Cap. III do Normativo do SPAD, aprovado por ocasião da III Reunião dos Ministros da Defesa, realizada em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000.

Presidiu à Reunião o Major-General José Luis Pinto Ramalho, Director-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, na qualidade de Coordenador do SPAD ao nível das Reuniões do Núcleo Permanente e das Plenárias.

Participaram os delegados dos Ministérios de Defesa e dos Estados-Maiores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

O Coordenador do SPAD, na Abertura dos Trabalhos, recordou aos delegados que assumia pela primeira vez esta função, por inerência do cargo de que recentemente foi investido, expressando de forma inequívoca o seu especial agrado por presidir a tão importante forum. A este propósito, releveu a sua profunda convicção de que a componente de Defesa da CPLP é já uma realidade, dada a dinâmica e a importância dos eventos que neste domínio já ocorreram e os que se perspectivam a curto e médio prazo, os

quais só por si justificam a inclusão desta componente no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Neste mesmo contexto, sublinhou ainda a importância da criação do Centro de Análise Estratégica como centro de reflexão e de difusão de ideias por excelência, potenciador do reforço das capacidades da CPLP no âmbito da Defesa.

Os temas debatidos ao longo dos dois dias da Reunião plenária constavam da agenda previamente distribuída (anexo F), destacando-se:

1. Análise das matérias constantes da Declaração Final da III Reunião Ministerial de Luanda:
 - Regulamento do Centro de Análise Estratégica/ CAE para os Assuntos de Defesa, a sediar no Maputo;
 - Definição da Política de Intercâmbio no domínio da Formação Militar, no conjunto dos sete países;
 - Proposta para a inclusão da componente de Defesa no Estatuto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa;
2. Elaboração da Agenda Provisória da 3ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas, a realizar em São Tomé, em 18 e 19 de Abril de 2001;
3. Elaboração da Agenda Provisória da IV Reunião dos Ministros da Defesa, a realizar em Brasília, em 21 e 22 de Maio de 2001;
4. Apresentação pela Delegação Brasileira dos aspectos organizacionais da IV Reunião Ministerial.

No início dos trabalhos, e tendo como enquadramento a elaboração das propostas para as Agendas das reuniões de CEMGFA's e Ministerial, as delegações de Angola, do Brasil e de São Tomé e Príncipe manifestaram a necessidade de se tentar clarificar o estatuto de Timor-Leste no âmbito destas

Página 2 de 7

Reuniões. A delegação brasileira recordou que, aquando da última Cimeira da CPLP (Maputo), Timor-Leste esteve representado com o estatuto de Observador. Por seu turno, a delegação angolana recordou o convite que foi formulado ao Presidente do CNRT, na sequência da Reunião Ministerial de Luanda, para integrar o forum da Defesa, na qualidade de Observador. O delegado santomense indagou sobre a oportunidade de se formular idêntico convite ao Comandante da Força de Defesa de Timor-Leste, para participar com idêntico estatuto na próxima reunião de CEMGJA's.

Sobre este ponto, as delegações acordaram unanimemente no enquadramento deste assunto conforme ao § 6 da Declaração Final da III Reunião Ministerial (Luanda, Maio 2000) onde se refere a intenção de se endereçar um convite ao futuro Estado de Timor-Leste, para que participe no processo de Globalização da CTM, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Relativamente ao projecto de Regulamento do Centro de Análise Estratégica / CAE, as delegações presentes convieram na apresentação de uma proposta constante do Anexo A à presente Acta. Na circunstância, o delegado de Moçambique, TCor Nhabinde, solicitou que constasse na presente Acta o seguinte: Moçambique continua aberto a todas as propostas que permitam apoiar a instalação da estrutura permanente do CAE, aceitando a necessidade de reduzir ao máximo, na fase de implementação, os encargos decorrentes de infra-estruturas, pessoal e equipamento. Todavia, referiu que Moçambique mantém a sua intenção em afectar um imóvel para sede própria do CAE, nem que para tal tenha que recorrer a fundos próprios.

A delegação da Guiné-Bissau realçou a impossibilidade de apoiar Moçambique na difícil tarefa de criação do CAE, alertando para a questão da limitação financeira em que o País se encontra, propondo que ficasse em aberto a proposta de Orçamento apresentada por Moçambique (anexo G), para posterior decisão ao nível ministerial.

A delegação portuguesa referiu que seria sempre possível recorrer às capacidades já existentes no quadro bilateral da CTM Luso-Moçambicana para, pontualmente, apoiar a Parte Moçambicana pelo fornecimento de equipamento e material de suporte à estrutura permanente, sugerindo o recurso às possibilidades abertas no domínio das novas tecnologias da Informação.

A delegação brasileira reiterou a sua dificuldade em apoiar financeiramente a implementação e o funcionamento da estrutura permanente do CAE, disponibilizando todavia o apoio em equipamentos, a acordar ao nível bilateral.

Todas as delegações foram unânimes na disponibilização, dentro das capacidades próprias, do apoio à Parte Moçambicana ao nível bilateral, para a efectiva concretização do CAE.

Ficou, ainda, acordado que competirá a cada país organizar os respectivos Núcleos subsidiários do CAE, a instalar em cada capital.

Relativamente à política de Intercâmbio no domínio da Formação Militar, as delegações convieram na definição das grandes linhas que devem reger a implementação de um programa desta natureza, conforme consta do Anexo B.

A delegação angolana relevou a existência das conhecidas discrepâncias entre os países que integram a Comunidade, as quais terão de ser tomadas em linha de conta, designadamente pelo Brasil e por Portugal, para a concretização do Programa de Intercâmbio no domínio da Formação Militar.

Sobre a Agenda Provisória da próxima Reunião de CEMGJA's, foi questionada a Delegação Angolana sobre a hipótese do próximo Exercício Combinado (da série FELINO) poder vir a ser organizado por Angola. Ficou acordado que tal decisão ocorreria durante a citada Reunião de CEMGJA's.

A delegação brasileira declarou que a sua participação no próximo Exercício se efectivará em moldes idênticos ao FELINO 2000, isto é, apenas ao nível de Observadores.

A proposta de Agenda para a próxima Reunião de CEMGJA's consta do Anexo C.

Ainda neste ponto o delegado de São Tomé e Príncipe agradeceu os apoios que o seu Governo tem recebido, designadamente por parte de Angola e de Portugal, ao nível bilateral. Anunciou que as indicações relativas aos encargos com o alojamento das delegações serão remetidas, até princípios de Abril p. f., para os gabinetes dos CEMGJA's participantes, com o detalhe relativo aos inerentes apoios administrativo-logísticos.

A delegação do Brasil anunciou que a Delegação Brasileira à reunião de CEMGJA's arcará com as respectivas despesas de alojamento e alimentação.

A delegação de Angola reiterou o apoio que foi anunciado pelo ex-CEMGJAA, General João de Matos, relativamente à Reunião de CEMGJA's em São Tomé, e informou que a posição oficial do EMGJAA seria comunicada ao país organizador, ainda no decurso do mês de Março.

A delegação portuguesa anunciou que o seu apoio é o constante da listagem de necessidades, já apresentada pelo Governo de São Tomé e Príncipe.

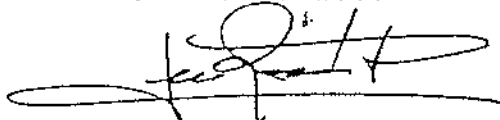
A proposta de Agenda para a próxima Reunião de Ministros da Defesa é a constante do Anexo D.

Relativamente à Reunião dos Ministros da Defesa em Brasília, em Maio p. f., a delegação brasileira fez uma exposição introdutória sobre os aspectos organizacionais do referido evento.

Lida e aprovada a Acta, seguem as assinaturas do Coordenador do SPAD e de todos os delegados presentes, cuja Lista Nominativa se constitui como Anexo E à presente Acta.

Lisboa, aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e um


O Coordenador

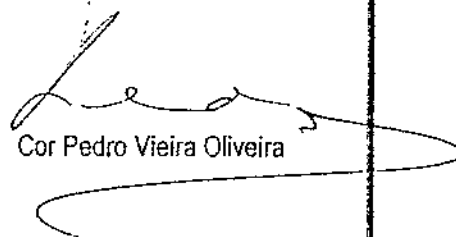


Major-General José Luis Pinto Ramalho

A Delegação Angolana

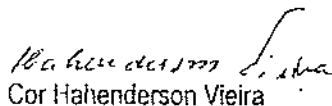

CMG António José Oliveira Miranda

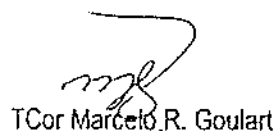

Cor André Alberto António Kizua


Cor Pedro Vieira Oliveira

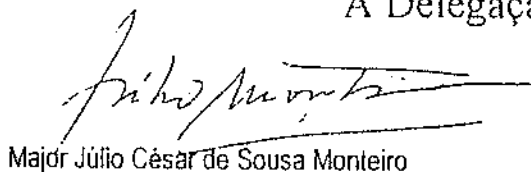
A Delegação Brasileira


CMG Carlos A. Tormento


Cor Halenderson Vieira


TCor Marcelo R. Goulart

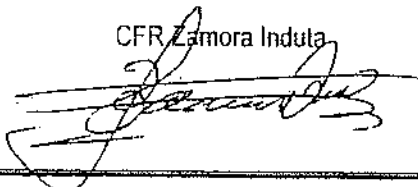
A Delegação Caboverdeana


Major Júlio César de Sousa Monteiro

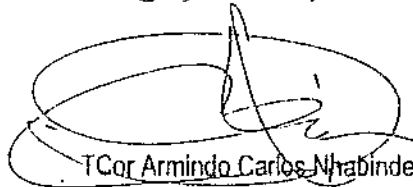

TCor Emanuel Almeida Brito

A Delegação Guineense

CFR Zamora Induta

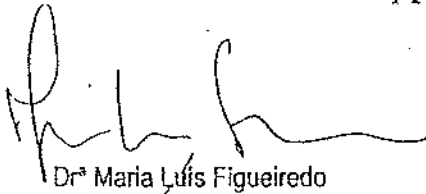


A Delegação Moçambicana



TCor Armindo Carlos Nhabinde

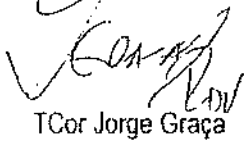
A Delegação Portuguesa



Drª Maria Luís Figueiredo



TCor António Pinheiro

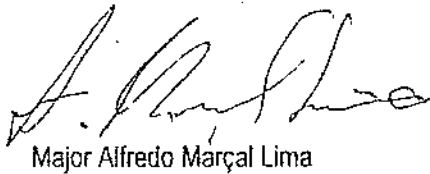


TCor Jorge Graça



Maj Fernando Melo Gomes

A Delegação Santomense



Major Alfredo Marçal Lima



Capilão Alarásio Costa

Anexos:

Anexo A - Proposta de Regulamento do Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP

Anexo B - Política de Intercâmbio no domínio da Formação Militar

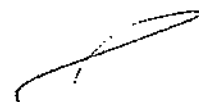
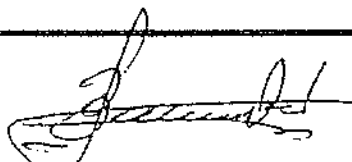
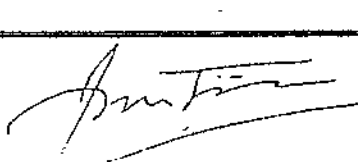
Anexo C - Projecto de Agenda da 3ª Reunião de CEMGJA's, em S. Tomé

Anexo D - Projecto de Agenda da IV Reunião Ministerial, em Brasília

Anexo E - Lista Nominativa de Participantes

Anexo F - Agenda da 3ª Reunião do SPAD

Anexo G - Proposta de Orçamento para a criação e funcionamento do CAE, apresentada por Moçambique



MB
I
mb
W

